



Formação de professores e professoras do campo, das águas e das florestas com valorização dos saberes tradicionais das Amazôncias

Training of teachers of the field, waters and forests with appreciation of traditional knowledge of the Amazon

Salomão Antônio Mufarrej Hage^{1*} , Maria da Conceição dos Santos Costa^{2*} , Hellen do Socorro de Araújo Silva^{3*} 

¹Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, PA, Brasil

²Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação de Educação Física, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, PA, Brasil

³Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Belém, PA, Brasil

COMO CITAR: HAGE, S. A. M.; COSTA, M. C. S.; SILVA, H. S. A. **Formação de professores e professoras do campo, das águas e das florestas com valorização dos saberes tradicionais das Amazôncias.** Revista IberoAmericana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 19, esp. 3, e19502, 2024. eISSN: 19825587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.1950201>

Resumo

Este artigo aborda a formação continuada de professores e professoras da Educação Básica realizada no âmbito do Programa Escola da Terra, das Águas e das Florestas da Amazônia Paraense, considerando os desafios existentes nesses territórios e a garantia do direito à educação dos povos tradicionais e camponeses da Amazônia Paraense. Sua construção assenta-se nos fundamentos do materialismo histórico-dialético, ao considerar em suas análises, os processos de formação de professores e professoras inseridos nas relações de produção da sociedade atual. Os resultados revelam a intrínseca relação entre formação humana-vida-trabalho-território nos processos educativos construídos com os sujeitos do campo com a afirmação dos direitos históricos a todos/as que vivem e resistem nos territórios da Amazônia paraense. Concluímos que os processos de formação continuada de professoras e professores do campo necessitam estar caminhando lado a lado com a agenda do direito ao trabalho e à vida com dignidade no território dos povos das Amazôncias; assentados em três referentes importantes: a memória coletiva, os saberes tradicionais e a práxis educativa.

Palavras-chave: formação de professores; território; educação do campo; saberes tradicionais; Amazônia.

Abstract

This article addresses the continuing education of Regular Education teachers carried out within the Program "School of the Field, Water and Forest", of Pará Amazon, considering the challenges in these territories and the guarantee of the right to education for the traditional and farmer peoples of the Pará Amazon. Its construction is based on the foundations of historical-dialectical materialism, considering in its analyses the processes of teacher education inserted in the relations of production of today's society. The results reveal the intrinsic relationship between human-life-work-territory education in the educational processes constructed with the individuals of the countryside with the affirmation of the historical rights of all who live and resist in the territories of the Pará Amazon. We conclude that the continuing education processes for rural teachers need to be hand in hand with the agenda of the right to work and to life with dignity in the territory of the peoples of the Amazons, based on three important references: collective memory, traditional knowledge and educational praxis.

Keywords: teacher education; territory; rural education; traditional knowledge; Amazon.

***Autor correspondente:**
concita.ufpa@gmail.com;
Salomão_hage@yahoo.com.br;
Hellen.ufpa@gmail.com

Submetido: Julho 16, 2024

Revisado: Agosto 20, 2024

Aprovado: Outubro 29, 2024

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação do comitê de ética: não se aplica.

Disponibilidade de dados: Os dados não estão disponíveis.
Trabalho realizado na Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito apresentar uma reflexão sobre a formação continuada de professores e professoras da Educação Básica realizada no âmbito do Programa Escola da Terra, das Águas e das Florestas da Amazônia Paraense, considerando os desafios existentes nesses territórios e a garantia do direito à educação dos povos tradicionais e camponeses da Amazônia Paraense.

Sua construção remete à experiência acumulada de mais de 20 anos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campos das Águas e das Florestas – GEPERUAZ, que vem utilizando como procedimentos em suas investigações, os fundamentos do materialismo histórico-dialético, ao considerar em suas análises, os processos de formação de professores e professoras do campo, das águas e das florestas de forma relacional, inseridos nas relações de produção que configuram a atual sociedade capitalista (Masson; Flach, 2018), com destaque para a relação território-trabalho-vida.

O GEPERUAZ é formado por um coletivo ampliado de pesquisadores-as/educadores/as/militantes, comprometidos/as com a realização de estudos que se realizam por meio de práticas de convivência que pautam a Educação Básica e Superior nas multi-territorialidades das Amazôncias, cuja centralidade foca a natureza, o trabalho e a cultura nas suas diversas formas, organizações e identidades - ribeirinhos e pescadores, agricultores, assentados e acampados, indígenas, quilombolas e extrativistas.

O Grupo vincula-se ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará e reúne um conjunto ampliado de docentes e estudantes de várias instituições de ensino superior e de profissionais que atuam em diferentes espaços educacionais e sociais, com formação em diversas áreas do conhecimento. Desde 2002 realizam atividades de convivência em pesquisa, extensão e formação, focando os processos educativos que ocorrem nos territórios do Campo, das Águas e da Floresta nas Amazôncias, com os seguintes questionamentos:

- Como pensar a educação e a escola do campo, das águas e das florestas de nosso próprio lugar, das Amazôncias?
- Que políticas e práticas educacionais formular com os nossos jeitos de ser, de sentir-pensar, de agir, viver e resistir nos territórios amazônicos?
- Como afirmar nossas identidades culturais, territoriais, produtivas, de saúde amazônicas pluriversas no contexto nacional e internacional?

No caso da formação continuada, o GEPERUAZ comprehende sua vinculação ao direito inalienável de cada docente-trabalhador do campo, das águas e das florestas a um processo formativo contínuo/permanente e dialético (Freire, 2005) em articulação à materialidade do trabalho docente, suas condições e jornada de trabalho no território em que vive e (re)existe.

É um campo disputado por interesses privados e públicos, mas que nesta comunicação e experiência é reafirmada pela defesa radical do direito à formação continuada de qualidade, socialmente referenciada e financiada pelo Estado com recursos públicos, e que envolve aspectos afetivos, éticos, sociais, culturais, territoriais, históricos, políticos, de saúde, e de conhecimentos produzidos pela humanidade e comunidades nos territórios.

Ancorados em Caldart (2018, p.125) compreendemos o “campo como território, articulação entre sujeitos, lugares, relações sociais, luta, cultura, trabalho; organização da vida social em um determinado lugar e tempo histórico”. Assim, o processo de formação continuada materializado pelo Programa Escola da Terra nos territórios da Amazônia paraense vai construindo, tecendo sua identidade, a unidade tendo como centralidade a diversidade dos sujeitos (Caldart, 2018), considerando o contexto da luta de classes na atual sociedade e reconhecendo a diversidade dos sujeitos da educação do campo com seus laços de trabalho, cultura, gênero, etnia, raça e nos processos que constituem os territórios do campo, das águas e das florestas (Caldart, 2018).

As análises aqui realizadas, tomaram como fonte, os relatórios produzidos em duas edições do Programa Escola da Terra, das Águas e das Florestas da Amazônia Paraense executadas no Estado do Pará (2017 a 2018; 2020 a 2023), o referencial teórico crítico sobre a temática

da formação de professores e professoras do campo e as nossas observações-intervenções como gestores/as e formadores/as do Programa no Pará.

O artigo que apresentamos encontra-se organizado em duas seções, além da Introdução e das Considerações Finais. Na primeira seção, contextualiza-se os processos de formação de professores e professoras que vimos realizando no âmbito das ações de pesquisa, formação e intervenção coletivas do GEPERUAZ, em seus mais de vinte anos de existência; e na segunda seção, aborda-se os processos formativos do Programa Escola do Campo, das Águas e das Florestas e as repercussões na formação e trabalho docente nos territórios da Amazônia Paraense. Nas considerações finais, aponta-se elementos importantes para a questão em estudo.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFESSORAS NOS TERRITÓRIOS DO CAMPO, ÁGUAS E FLORESTAS DA AMAZÔNIA PARAENSE COM O PROTAGONISMO DO GEPERUAZ

No ano de 2022, o GEPERUAZ completou vinte anos de existência e para celebrar essa trajetória de convivência com os povos das Amazônias realizamos o ***EDUPEsQAmazônias - 2022: Educação e Pesquisa com os Povos das Amazônias***, evento que reuniu pesquisadoras/es, discentes de graduação, especialização, mestrado e doutorado participantes do Grupo e aliados, educadoras/es e gestoras/es de instituições públicas e privadas de ensino; e lideranças de organizações e movimentos sociais dos povos camponeses, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e extrativistas das Amazônias, para dialogaram sobre nossas produções acadêmicas e experiências educativas construídas em meio aos desafios e inovações presentes no cotidiano desses povos.

Com essa trajetória temos compreendido e legitimado o GEPERUAZ como um território poderoso de formação de novas gerações de pesquisadores/as/educadores/as/militantes, comprometidos com a transgressão do sistema mundo hegemônico. Sujeitos que dialogam e aprendem com as ancestralidades pluriversas dos povos das Amazônias, a proteger a natureza, a proteger a vida humana e não humana, com seus saberes, senti-pensares e epistemologias, com seus modos de vida e Bem Viver. E que afirmam a Educação como estratégia para a emancipação humana e social.

Nas atividades de formação, produção e socialização de conhecimentos que realizamos com o GEPERUAZ, aprendemos coletivamente, em nossas convivências que:

A Amazônia não é nossa. Nós somos dâ Amazônia!

Os agentes do negócio querem ser os donos da Amazônia,

Explorar e se apropriar de todas as suas riquezas.

Nós somos diferentes. Nós não queremos ser donos da Amazônia.

Nós queremos pertencer à Amazônia,

Queremos que a Amazônia seja dona de nós!

Nós não estamos no Território.

Nós não somos do Território.

Nós somos Território.

Nós não estamos na Amazônia.

Nós não somos da Amazônia.

Nós somos Amazônias.

Não existe território sem gente.

Não existe Natureza sem gente.

Não existe Amazônia sem gente.

Se ameaçam o nosso território.

Ameaçam a nossa existência.

Se destroem a Amazônia.

Destroem as nossas vidas.
Com esses ensinamentos e aprendizados,
Experiências e saberes acumulados,
incidimos em múltiplas frentes de intervenção:
acadêmicas, profissionais, culturais,
educacionais, territoriais, políticas e sociais,
locais, nacionais e internacionais.
Nesses territórios, com muita energia, ousadia e tesão,
sempre convidamos os sujeitos, individuais e coletivos
Amazonizar o mundo e a Educação
Com a Amazônia Viva!
Fortalecendo nossos vínculos e alianças com os blocos de poder
Dos povos/etnias/nacionalidades em situação de subalternização
nas múltiplas Amazônias, na América Latina e no mundo.
Salomão Hage (2023)

Concordamos com Porto Gonçalves (2001), quando afirma que esses povos/etnias/nacionalidades compreendem as nossas múltiplas Amazônias como um grande **Patrimônio, Ecológico e Cultural**. E nós, com o acúmulo de conhecimentos, podemos ajudar a fortalecer e ampliar essa visão, compreendendo as múltiplas Amazônias como um **Patrimônio Teórico-Político**, pelas questões que os povos e grupos que nelas tradicionalmente vivem levantam e nos interpelam.

Em nosso entendimento o papel e ação, individual e coletiva, dos pesquisadores e pesquisadoras não é somente investigar e produzir conhecimentos sobre os movimentos sociais, nem tampouco, apenas assessorá-los e formar seus quadros e militantes; mas é, sobretudo, de participar efetivamente das lutas e mobilizações protagonizadas pelos movimento sociais, construir e fortalecer ações coletivas, potencializando e qualificando os processos com as nossas práxis, formando e se formando nas ações de convivência e transgressão ao padrão de poder e saber hegemônico, fundado no entendimento de dominação da natureza e de exploração dos recursos naturais. Ações coletivas que devem ser realizadas com os territórios Amazônicos e suas territorialidades pluriversas – Portadoras de Direitos: à Vida, à Existência, à Resistência e à R-existência!

Ao longo desses últimos 20 anos desde a sua criação na UFPA, o GEPERUAZ vem participando da construção do Movimento da Educação do Campo, no Brasil e na Amazônia Paraense, de forma militante, acadêmica, educativa e cultural. Neste processo temos convivido cada vez mais e de forma mais intensa com lideranças comunitárias, ativistas, educadoras, educadores e estudantes, crianças, jovens, adultos e idosos ribeirinhos, acampados e assentados, extrativistas, quilombolas, indígenas, camponeses. Com eles e elas temos aprendido a força do território, a importância da vida em cooperação, do trabalho que produz a nossa existência, da generosidade com que tratam os seres humanos e não humanos, compartilhando o que tem e não o que sobra.

A simplicidade da vida dos povos do campo, das águas e das florestas das Amazônias é o que mais nos seduz em nossas convivências; os modos próprios e respeitosos como se relacionam com os seres não humanos: o rio, a floresta, a terra, os animais e vegetais; suas resistências aos genocídios, epistemicídios e culturicídios que lhes foram impostos historicamente; e a luta por prosperar e permanecer com os seus bem viveres; constitui a sabedoria desses povos e pode ser aprendido por nós que vivemos nos territórios urbanos e nos relacionamos predominantemente de maneira indiferente com os demais seres humanos e não humanos e somos muito mais assediados pelos processos de mercantilização da vida e seus condicionantes.

Isso não quer dizer, de modo algum, que possuímos uma visão romântica, idealista, idílica, fantasiosa e mesmo bucólica do campo, de seus povos e das relações que estabelecem

entre si e com os povos que habitam os territórios urbanos. Pelo contrário, a inserção no Movimento da Educação do Campo, referenciado com o legado do Materialismo Histórico Dialético, contribui para que possamos entender o campo como um território em disputa, como um território de lutas e mobilizações, que produz alimentos e conhecimentos diversos, que tem cultura de tradição ancestral, que possui conflitos e contradições, nas relações que estabelece com suas epistemologias e territorialidades pluriversas.

Também aprendemos com as convivências estabelecidas neste processo que sem movimento social, sem luta e mobilização pela afirmação do projeto territorial dos povos tradicionais e camponeses não existe Educação do Campo. Este conceito, esta práxis, foram construídos para confrontar com as narrativas hegemônicas que circulam e disseminam o entendimento de que o campo é um território atrasado, sem cultura, sem perspectiva e que vai acabar com a intensificação do êxodo rural.

O Movimento da Educação do Campo desde suas origens vem combatendo essas narrativas visibilizando o protagonismo e as alianças que os povos indígenas, tradicionais, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e camponeses têm construído, valorizando os saberes e experiências desses povos, de tradição ancestral, e afirmindo a diversidade de territórios e territorialidades que configuraram o campo nas Amazôncias e no Brasil.

No envolvimento com a Educação do Campo, nossas atividades incluem o campo da **formação inicial e continuada de professoras e professores do campo**, considerado pelo Movimento da Educação do Campo uma ação estratégica para a consolidação do projeto educativo dos povos que vivem nos territórios do campo, das águas e das florestas; afirmindo-os como sujeitos de direitos, não somente na perspectiva de sua integração à dinâmica social existente, mas principalmente, na perspectiva de sua transformação, para o alcance condições mais justas e igualitárias para todos.

Na formação continuada de educadoras e educadores do campo temos assumido desde a sua implantação em 2014, a coordenação no Estado do Pará, do Programa Escola da Terra, que integra as ações do Programa Nacional de Educação do Campo, responsabilizando-se pela formação continuada de professoras e professores que trabalham em escolas e turmas multisseriadas que atuam nas escolas localizadas em comunidades e territórios camponeses, quilombolas e extrativistas com protagonismo de luta, de trabalho e de práticas culturais, mas que enfrentam altos índices de analfabetismo e precarização de infraestrutura das escolas.

O Programa foi instituído pela Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013 (Brasil, 2013), vinculado à Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Ambiental da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)¹ no âmbito do MEC; e encontra-se em sua sétima edição, tendo atingido 25 estados e o Distrito Federal com sua implementação, excetuando o estado do Acre, envolvendo diretamente vinte e seis Universidades Públicas Federais, e atingindo cerca de 21 mil professoras/es das escolas e turmas multisseriadas dos territórios rurais, quilombolas e extrativistas com a formação continuada, desde a sua implantação.

O Programa oferta curso de aperfeiçoamento com carga horária de no mínimo 180 horas e curso de especialização de no mínimo 360 horas, executados por meio da Formação em Alternância, que reconhece e articula diferentes espaços, tempos e saberes formativos, apresentando-se como o diferencial que inova na formação das/aos educadoras/es quando comparada à organização de cursos convencionais, ao possibilitar às educadoras e educadores do campo a participação em processos formativos sem deixar de viver/morar/trabalhar/militar nos territórios onde esses sujeitos produzem e reproduzem sua existência e convivência social.

O Programa oferece também ações de acompanhamento pedagógico e gestão dos processos formativos e das práticas pedagógicas das educadoras e educadores cursistas, por meio de uma equipe constituída de coordenadores estaduais e municipais, e de tutores das redes municipais de ensino; e recursos didáticos e pedagógicos que constituem kits compostos por jogos, mapas, recursos para alfabetização/letramento e matemática, para atender às especificidades formativas das turmas dos anos iniciais do ensino fundamental compostas por estudantes de variadas idades nas escolas do campo e quilombolas.

¹ Entre os anos de 2020 a 2022 foi coordenado pela a Secretaria das Modalidades Especializadas (SEMESP).

Diferentemente de outras políticas de formação continuada ofertadas pelo Ministério da Educação (MEC), o Programa Escola da Terra, mesmo possuindo diretrizes e orientações comuns de uma política nacional, assegura autonomia aos estados na elaboração de sua proposta pedagógica própria, como uma estratégia de valorização da heterogeneidade que configura as dimensões sociopolítica, territorial, pedagógica, cultural e administrativa específicas resultantes das relações e interações conflitivas e consensuais que se estabelecem entre as universidades, os entes federados nas esferas federal, estadual e municipal, e os movimentos sociais e sindicais populares do campo durante a execução do Programa em cada um dos estados brasileiros.

O Programa Escola da Terra assume os princípios da Educação do Campo como eixos estruturantes do processo formativo e, portanto, reconhece a diversidade de territórios e territorialidades do campo existentes no país, nos estados e municípios, e a complexidade que configura as relações sociais neles existentes. Ele aposta na construção da “unidade na diversidade”, ao materializar as ações protagonizadas pelos coletivos que o executam em cada um dos estados brasileiros, com suas construções teórico-metodológicas específicas, definidas com o acúmulo de experiências das Universidades com a participação no Movimento da Educação do Campo em seus territórios.

A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFESSORAS DO PROGRAMA ESCOLA DA TERRA, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS COM SUAS AMAZONIDADES PLURIVERSAS

No caso específico do estado do Pará, a experiência de formação do Programa Escola da Terra tem sido coordenada em suas quatro edições pela Universidade Federal do Pará, em articulação com o MEC, a Coordenação da Educação do Campo, das Águas e da Floresta da Secretaria de Educação do Estado do Pará e as coordenações ou setores de educação do campo das secretarias municipais de educação; e legitimada pela longa trajetória que a UFPA e o GEPERUAZ têm desenvolvido na construção da política de Educação do Campo com a sua participação e liderança no Fórum Paraense e no Fórum Nacional de Educação do Campo.

A primeira edição do Programa no Pará realizou-se no período de 2014 a 2016, com a formação continuada de educadores e educadoras que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas do campo e quilombolas, nos municípios: Abaetetuba, Acará, Augusto Correa, Bragança, Cametá, Moju, Mojuí dos Campos, Santarém e Tracuateua com a formação de 1.335 cursistas, sendo 93 tutores e 1.282 professoras e professores das escolas com turmas multisseriadas. A segunda edição ocorreu no período de 2017 a 2018, com a formação de 300 cursistas, sendo 170 professoras e professores das escolas multisseriadas e 30 tutores, indicados pelas SEMEDs dos municípios de Breves, Bujaru, Mocajuba, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim e São Sebastião da Boa Vista.

A terceira edição foi desenvolvida no biênio 2020-2023, na Pandemia, com a formação de 220 cursistas no Curso de Aperfeiçoamento, sendo 200 educadoras e educadores que atuam nas escolas multisseriadas e 20 tutores; e três turmas do ***Curso de Especialização em Práticas Educativas nas Escolas do Campo, das Águas e das Florestas da Amazônia Paraense***, com o atendimento de 120 cursistas, sendo 12 tutores indicados pelas SEMEDs dos municípios de Limoeiro do Ajuru, Igapé Miri e Castanhal. A sua quarta edição iniciou em 2024 e encontra-se em execução, com a formação de 200 educadoras e educadores das escolas multisseriadas e 20 tutores no Curso de Aperfeiçoamento nos municípios de Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Oeiras do Pará e Altamira; e de 80 cursistas e 8 tutores em curso de especialização, ofertadas nos municípios de Abaetetuba e Augusto Corrêa.

Nessas quatro edições o Programa tem sido executado com os seguintes objetivos:

- Promover a formação permanente e acompanhada de professoras e professores que atuam na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental ofertados pelas escolas localizadas nas comunidades rurais, quilombolas e extrativistas, subsidiando-os para a organização do trabalho pedagógico numa perspectiva interdisciplinar.
- Oportunizar a construção de metodologias e recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo, quilombolas e extrativistas.

- Valorizar as/os educadoras/es que atuam nas escolas do campo, quilombolas e extrativistas ao oportunizar a eles formação humana, política e profissional.
- Contribuir para a qualidade social da escola pública do campo, das águas e das florestas da Amazônia Paraense.

No estado do Pará, o Programa desenvolve um processo de formação crítico-criativa das/os educadoras/es que atuam nas escolas do campo, quilombolas e extrativistas que favoreça aprendizagens significativas, orientando-se por uma proposta curricular que assume como referência para a formação os saberes tradicionais, os sentir-pensares e as experiências pessoais concretas vivenciadas pelas/os professores/as cursistas e pelos grupos culturais com os quais essas/es professoras/es convivem e trabalham, proporcionando a elas/es o acesso ao conhecimento acadêmico/escolar e contribuindo com a produção de conhecimentos e experiências que fortaleçam e valorizem os territórios e territorialidades camponesas, quilombolas e extrativistas e as escolas nele existentes.

Seu planejamento ancora-se na caracterização dos territórios do campo no Brasil e nas Amazônias, destacando o papel dos movimentos sociais e a organização política dos sujeitos do campo, das águas e das florestas com destaque para a diversidade ambiental, social, cultural e territorial desses povos. E sua materialidade se inspira em Caldart (2003, p.61), quando destaca que o campo no Brasil está em movimento, há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos; pois o processo de convivência entre Universidade e territórios do campo, oportunizado com as ações do Programa evidenciam o fortalecimento da luta política pelo direito à educação pública nos territórios da Amazônia paraense.

Além disso, o Programa considera em sua execução as particularidades de cada município para que os formadores das áreas de conhecimentos procurem pautar as singularidades presente nos diversos territórios e territorialidades em que se localizam as escolas do campo, das águas e das florestas, orientando-se por três referentes importantes no processo de formação dos educadores e educadoras: a **memória coletiva**, os **saberes tradicionais** e a **práxis educativa**; neste caso, fundamentados em uma perspectiva crítica, pela epistemologia da práxis e pelo legado de Paulo Freire (2005), que considera o diálogo, a problematização e a superação da relação oprimido-opressor como fundamentais para libertação e emancipação humana e social.

A **memória coletiva** possibilita o processo de apropriação crítica, dialética e contextualizada sobre o território vivido, evidencia uma análise do território e relações pessoais, políticas, culturais, de lazer, de produção, psíquicas, de saúde, dentre outras, que envolve a territorialização, as identidades, as territorialidades, situadas na ordem da configuração territorial (Porto Gonçalves, 2001). Assim como envolve também as territorialidades indígenas, quilombolas, assentadas, ribeirinhas, das águas, das florestas, do campo, das colônias, dos assentamentos, das reservas extrativistas, dos latifundiários, madeireiros, fazendeiros, agroindustriais, dentre outros, são processos de convivências dinâmicas, contraditórios e de resistências na relação com a natureza considerando o tempo-espacó; trabalho- cultura-educação, vida-território, vida e condições objetivas de existência.

O movimento de construção de conhecimento com a utilização da memória coletiva tem evidenciado a relação entre história de vida dos/as educadores/as cursistas, seu trabalho docente e sua relação com o território, a partir das questões norteadoras: Quem somos? - De onde viemos? - O que queremos com a escola do campo? Por meio de paráfrases produzidas individual ou coletivamente a partir de reflexão com os gêneros literários, compartilhamos algumas construções coletivas das educadoras/es do campo, produzidas durante o processo formativo na experiência na área de Linguagens e Códigos:

As poesias, conforme o **Quadro 1**, evidenciam ainda como a escola do campo pode potencializar a criatividade e a arte dos estudantes, como poetas, cantadores, artistas, músicos, pintores, etc. artes que estão dentro da escola, mas que precisam ser acolhidas, pois quando a criança, o jovem e o adulto percebem que têm maior importância para a escola, percebem que a escola se importa com eles/elas, valorizando o saber cultural local, sendo assim a linguagem nesse contexto tem um motor fundamental para esse processo, pois esse é o movimento produzido na educação básica do campo, um movimento sociocultural de humanização das pessoas que dela participam (Caldart, 2020).

Quadro 1. Poesias construídas coletivamente pelas educadoras/es Cursistas.

| Minha Escola | Nossa Senhora de Nazaré |
|---|--|
| Minha escola tem beleza | Somos do Distrito de Nazaré |
| Que é vista lá do mar | Um lugar maravilhoso |
| Tem praia, tem coqueiro | Que não é um lugar qualquer. |
| É um lugar de se admirar | |
| Minha escola tem alunos | Lá tem muitas plantações |
| Onde há sonhos a se concretizar | Arroz, mandioca, milho, pimenta-do-reino, urucum, café. |
| Tem apoio dos professores | |
| Para na educação avançar | Tem escola, posto médico, ginásio. |
| Minha escola tem como meta | Campo de futebol, igreja, igarapé. |
| Ver seus alunos formar | Tem as festas tradicionais, como a festividade de N. Sra. de Nazaré. |
| Tem um orgulho muito grande | |
| De ver a educação transformar | Tem árvores frutíferas |
| Minha escola é construída | Tem pássaros a cantar |
| Sua base no amor | Esse é o lugar onde moramos |
| As famílias lá são recebidas | Somos felizes por viver lá. |
| Com carinho, harmonia e fervor | |
| Coletivo de educadoras/es de Limoeiro do Ajuru (2021). | Existentes neste lugar |
| | Há muitas dificuldades que se tem a superar |
| | Mas uma coisa podemos dizer |
| | Que somos apaixonadas por este lugar |

Coletivo de mulheres Educadoras de Igarapé-Miri (2021)

Fonte: Programa Escola da Terra (2021).

Os **saberes tradicionais** na inter-relação com os conhecimentos científicos podem se vincular aos referenciais contra hegemônicos que se traduzem na concretização da afirmação das identidades e territorialidades das educadoras e educadores do campo, das águas e das florestas que entram em confronto com sua realidade e lutam por uma formação que valorize seus saberes e suas práticas culturais para continuar resistindo. O diálogo entre os saberes da tradição do trabalho e os conhecimentos científicos, entre os saberes culturais e os conhecimentos escolares, provocam alterações na organização do ensino e formação das educadoras/es, fortalecendo a articulação entre a pesquisa, intervenção e militância política na formação dos educadores do campo (Hage; Silva; Farias, 2016).

Um bom exemplo da utilização dos saberes tradicionais na formação das educadoras/es no âmbito do Programa na experiência aqui no Estado se deu com o trabalho educativo coletivo da Cartografia Social, que revelou a leitura sobre o território, a problematização sobre as condições de existência de toda comunidade, a relação trabalho-território, o direito à moradia, o saneamento, às práticas de lazer, os conflitos territoriais, o acesso à cultura, às práticas de religiosidades presentes na comunidade, a relação com a natureza e o rio. Todos aspectos importantes de problematização, que extrapolam os aspectos geográficos em si, na formação das educadoras/es do campo, conforme observado na **Quadro 2**.

Quadro 2. Cartografia Social produzida por Educadoras/es do Campo cursistas.



Coletivo Limoeiro do Ajuru – Pará – 2021



Coletivo Limoeiro do Ajuru – Pará – 2021



Coletivo Castanhal – Pará – 2021



Coletivo São Domingos do Capim – Pará – 2021

A experiência da cartografia social no processo de formação continuada com os/as educadores/as do campo, das águas e das florestas revela é um instrumento que possibilita uma leitura e compreensão da realidade concreta do território vivido. Esse processo vem fortalecendo o fazer pedagógico e reafirmando a relação educação-território como um binômio que não se separa, que é dialético, contraditório, e que apresenta a unidade de construção da luta coletiva entre movimentos sociais-escola pública-entidades científicas e coletivos de lutas oriundos dos territórios da Amazônia paraense, que reafirma a luta pelos direitos dos sujeitos do campo, pela dignidade de viver no campo e ter acesso à escola pública de qualidade, crítica, referenciada e dialógica.

A cartografia social nos oferece a oportunidade educativa-formativa de reconhecer e valorizar o patrimônio local, regional e nacional, de identificar e relacionar as frentes de lutas em torno da dignidade dos povos das águas, das florestas, do campo pela vida, pelo território, pela escola; de registrar as tensões e resistências nos territórios do campo, as contradições e a força dos coletivos que defendem o direito à terra e a dignidade da comunidade em viver em seu lugar, bem como, de denunciar e anunciar a luta por políticas públicas para a construção de uma agenda coletiva para esses povos, como a universalização da educação pública e gratuita, o direito ao trabalho, no sentido ontológico e não medido na régua desta sociedade de classes como a que prioriza na lógica hegemônica do mercado em todas as esferas da vida (Caldart, 2003).

A **práxis educativa** no âmbito do Programa Escola da Terra estado do Pará tem sido compreendida e vivenciada como princípio formativo (Cordeiro da Silva, 2020) na relação imbricada com o contexto científico-cultural-social-territorial-político-saúde, baseada no reconhecimento dos/as educadores/as do campo, das águas e das florestas como sujeitos históricos, de direitos, que produzem conhecimentos, vidas e lutas coletivas. Numa relação inseparável da teoria-prática para a constituição de uma ação pedagógica crítica, conforme a **Figura 1**, contextualizada, problematizadora e emancipada com crianças, jovens, adultos e idosos, para a produção coletiva e dialógica de processos formativos com sólida formação teórica e crítica (Cordeiro da Silva, 2020).



Figura 1. Trabalho de Campo nos municípios paraenses. **Fonte:** Programa Escola da Terra (2021).

Com este entendimento, de importância da práxis educativa construída nos territórios do campo, das águas e das florestas, em contextos educativos complexos e contraditórios que r-existimos com ações educativas contextualizadas, críticas e problematizadoras em permanente diálogo com nossas Amazonidades da terra, das águas e das florestas, citamos o processo formativo que realizamos com os/as formadores/as do Programa, realizado por meio de reuniões quinzenais presenciais e híbridas, com as temáticas:

- A escola pública do campo, das águas e das florestas não é multi (seriada), seriada, ciclada, multi-etapa...é uma escola em movimento que possui o jeito do campo, das águas e das florestas das Amazôncias;
- Leitura de mundo e leitura da palavra: práticas de letramentos na escola do campo, das águas e da floresta;
- Infâncias do campo, das águas e das florestas: as políticas e as práticas educativas na garantia do direito à educação;
- Formação de educadores e educadoras do campo, das águas e das florestas por áreas de conhecimento humanizadoras nas Amazôncias;
- Formação de educadores e educadoras do campo, das águas e das florestas em alternância: articulação entre educação-trabalho-território;
- Projetos em disputa no campo, nas águas e nas florestas nas Amazôncias e no Brasil: em defesa da vida com dignidade de todos os seres humanos e não humanos; e
- Agroecologia e o bem viver: contribuições para a formação de educadores e educadoras da educação básica.

Esta experiência elucida o reconhecimento sobre “O professor que pensa certo, deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo.” (Freire, 1996, p. 28) e que a escola do campo é o lugar que representa a possibilidade de superações, de criações, de recriações necessárias para a produção coletiva da história, da comunidade, da vida e de lutas (Caldart, 2018).

Essas temáticas ao nosso ver contribuem com o fortalecimento da epistemologia da práxis na formação das educadoras/es do campo, pois com essas reflexões os/as formadores/as da UFPA podem aprofundar durante as alternâncias formativas as contradições presentes no cotidiano das escolas, das comunidades e sobretudo, nas realidades dos municípios com relação às políticas e práticas educativas implementadas nos territórios do campo. Soma-se a isso, a proposição do Programa em orientar sua práxis educativa com a “Transgressão do Paradigma da (multi)seriação para a construção da escola pública do campo” (Hage, 2014). Intenciona-se com este processo formativo proporcionar aos professores e as professoras do campo a compreensão de que não basta termos escolas multisériadas no campo, é preciso problematizá-las, e pautá-las como demandas obrigatórias a serem assumidas no contexto das políticas educacionais.

Superar o olhar e as referências urbanocêntricas predominantes nas escolas do campo e na sociedade, tem sido o exercício feito com as educadoras/es do campo nos momentos

formativos, pois a intenção das/os formadoras/es de todas as áreas de conhecimento têm sido de apresentar as influências e as contradições territoriais da Amazônia Paraense e a maneira como os municípios, as comunidades e as escolas envolvidas estão articulados, denunciando as situações de descaso, invasão cultural e a desterritorialização das populações tradicionais em face aos interesses dos projetos hegemônicos que determinam as lógicas de desenvolvimento na sociedade.

A materialidade da práxis no trabalho docente, consolida-se ainda por meio do trabalho de campo com o Sistema Agroecológico de Produção para ampliar a compreensão das professoras e professores sobre o diálogo que precisam fazer com a agroecologia. Atividades desta natureza tem como objetivo proporcionar vivências práticas aos cursistas que por meio do trabalho de campo buscam compreender a relação da escola, ensino e currículo com o manejo do solo, sistema agroflorestal, minhocário, viveiro de mudas, entre outros espaços e situações produtivas.

Esta ação possibilitou aos professores e professoras cursistas do Programa vivenciarem a realidade dos assentamentos, das comunidades quilombolas e ribeirinhas (para muitas, ainda desconhecida), sob a perspectiva produtiva de base agroecológica; oportunizando-as outro olhar sobre o trato com a terra, o significado da organização e luta pela reforma agrária, pelo território, a resistência pelo direito de viver e garantir suas existenciais produzindo alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, numa relação de cuidado com a natureza, protegendo o meio ambiente de forma sustentável.

Essa atividade buscou provocar os sujeitos envolvidos a repensar a educação e a escola como estratégia de desenvolver o processo de ensino-aprendizagem atrelado ao projeto de produção que represente os interesses dos/das professores/as do campo. As reflexões/debate, que sucederam após essa atividade prática, acerca das transformações na agricultura foram necessárias para se compreender os elementos observados no exercício da atividade de campo, favorecendo, assim a práxis educativa (relação teoria e prática) na compreensão dos princípios que orientam a educação em agroecologia e, fundamentalmente na compreensão do trabalho como princípio educativo, que deve ser incluída na formação das crianças nas escolas e turmas multisseriadas.

CONCLUSÃO

Pensar a educação e a escola do campo, das águas e das florestas de nosso próprio lugar, das Amazônias exigem-nos situar esse debate na agenda mais ampla do Movimento da Educação do Campo, considerando o modo de produção que vivemos e as disputas pelos territórios do campo, das águas e das florestas. Mediante esse aspecto fundamental para a transformação desta sociedade, colocamo-nos nesta reflexão como sujeitos históricos e inacabados que lutam pela vida de todos/as e a dignidade dos povos do campo, as águas e das florestas nos diversos territórios da Amazônia paraense. Cada sujeito histórico tem o direito de viver em seu território com todos os direitos necessários para sua existência: educação, saúde, trabalho, saneamento e cultura-lazer-saúde com condições de acesso e permanência com qualidade.

As políticas e práticas educacionais que almejamos devem construir possibilidades de resistências e fortalecer a contra hegemonia, considerando a vida-território-trabalho-formação humana-saúde como elementos basilares para o diálogo com os povos do campo, das águas e das florestas, valorizando seus saberes tradicionais, seus senti pensares e o tempo-espacó que há na relação que esses povos estabelecem com a natureza, com os processos produtivos, formativos e educativos em seus territórios.

A experiência com o Programa Escola da Terra, das Águas e das Florestas da Amazônia Paraense (2021) revela a valorização e reafirmação do direito à educação dos povos tradicionais e camponeses da Amazônia paraense, o fortalecimento de nossas identidades culturais, territoriais, produtivas, de saúde amazônicas pluriversas no contexto nacional e internacional.

Nas práticas dos educadores, temos procurado fortalecer a relação dos conhecimentos científicos e escolares com os saberes tradicionais e ancestrais dos povos do campo, das águas e das florestas no processo de ensino-aprendizagem e destacado a necessidade de construir currículos sensíveis a este diálogo epistemológico, refletindo sobre a contextualização

do mesmo e não em uma série de conteúdos escolares fragmentados, hierarquizados e padronizados.

Os conceitos de áreas de conhecimentos foram abordados na perspectiva interdisciplinar, uma vez que não se trata apenas dos conhecimentos escolares, mas de outros conceitos relacionados com os eixos: memória coletiva, saberes tradicionais e práxis educativa articulados com o território, movimentos sociais, trabalho, dentre outros. Neste sentido as atividades foram diferentes e construtivas consistindo em desafios, foram significativas movendo o contexto da escola e fora da mesma; com vistas a fortalecer práticas educativas que orientem o currículo sintonizado com as realidades de vida dos povos.

Concluímos afirmando que as experiências vivenciadas nas formações têm ajudado no aprofundamento desses conhecimentos criando outros saberes, outros significados assim como nos trazendo capazes de construir outros processos de ensino-aprendizagem, outros processos educativos, críticos, problematizadores, dialógicos e emancipatórios, a fim de contribuir com outra sociabilidade justa, fraterna, igualitária e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013. Institui a Escola da Terra. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 126, 3 jul. 2013.
- CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. **Currículo Sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 60-81, 2003.
- CALDART, R. S. Educação do Campo 20 anos: um balanço da construção político-formativa. In: GUEDES, C. G. et al. (ed.). **Memória dos 20 anos da educação do campo e do Pronera**. Brasília: Universidade de Brasília, 2018. p. 117-230. Disponível em: https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/Memoria-dos-20-anos-da-educacao-do-campo-e-do-PRONERA_16.04.2021.-1.pdf. Acesso em: 08 jul. 2024.
- Caldart, R. S. **Função Social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo**. Imbé: UFRGS, Campus Litoral, 2020. (Digitalizado).
- CORDEIRO DA SILVA, K. A. C. P. A (de) Formação de Professores na Base Nacional Comum Curricular. In: UCHOA, A. M. C.; LIMA, Á. M; SENA, I. P. F. S. (org.). **Diálogos críticos, volume 2: reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública?** Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 102-122.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- HAGE, S. M. **Amazonizando a Educação e o Mundo com Convivências e Transgressões**. Belém: UFPA, 2023. (Memorial defendido para obtenção de Título de Professor Titular na carreira docente da UFPA).
- Hage, S. M. M.; Silva, H. S. A.; Farias, M. C.G. **Alternância Pedagógica como estratégia de formação dos Educadores do Campo no Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Belém-PA: I Reunião da ANPED Norte, 2016. (Comunicado digitalizado).
- Hage, S. M. Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1165-1182, 2014. DOI: <http://doi.org/10.1590/ES0101-73302014144531>.
- MASSON, G.; FLACH, S. F. O materialismo histórico-dialético nas pesquisas em Políticas Educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ciudad de México, v. 3, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12384>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- Porto-Gonçalves, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.
- PROGRAMA ESCOLA DA TERRA. **Programa Escola da Terra, das Águas e das Florestas da Amazônia Paraense**. Belém: Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2021.

Contribuições dos autores

O texto foi construído coletivamente por todos os autores. Sendo que a contextualização sobre o Geperuaz e tradução do resumo para o inglês foi sistematizado pelo primeiro autor; as ações de formação continuada sistematizadas pelas segunda e terceira autoras. A introdução e conclusão foram desenvolvidas por todos os autores, bem como a normalização de todo texto e a organização das referências.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Executivo para América Latina: Prof. Dr. Vilmar Alves Pereira